

SOBRE O FALANTE IDEAL NAS TRADIÇÕES GRAMÁTICAS
SÂNSCRITA E ÁRABE.
(ON THE IDEAL SPEAKER IN THE SANSKRIT AND
ARABIC LINGUISTIC TRADITIONS)

Adriano APRIGLIANO

ABSTRACT: The work intends to track some structural similarities of the notion of “ideal speaker” in the Sanskrit and Arabic Linguistic Traditions. One sees in either culture a movement which stems the formation of the science of grammar on a descriptive basis and then goes towards a normative approach.

KEYWORD: grammar; sanskrit; arabic; descriptivism; normativism.

1. Introdução

Fora do quadro dos estudos lingüísticos desenvolvidos sob a égide da tradição européia ou ocidental, duas outras culturas têm posição reconhecidamente destacada na história da idéias lingüísticas, a indiana-sânskrita e a árabe-islâmica. No caso da primeira, as principais discussões giram em torno do *PaaNinismo*¹, ou tradição de descrição e análise lingüística que se funda com a gramática de PaaNini, no séc. V a.C., e que até o momento presente parecem não ter se esgotado completamente². No segundo caso, há também uma obra fundadora e seminal, seguida da tradição que a comentou e complementou, pelo menos até o séc. XIX. Essa obra é o *Kitaab* de Siibawayhi, do séc. VIII d.C., segundo século da Hégira. Ambas as tradições desenvolveram uma construção metodológica própria e uma metalinguagem altamente formalizada e têm sido estudadas modernamente tanto na perspectiva de uma história universal das preocupações do homem com a linguagem, como pela possibilidade de aproximação de seus métodos e descobertas com os métodos e descobertas da lingüística moderna. Nosso estudo não se localiza, *stricto sensu*, em nenhuma dessas vertentes. Suas intenções se voltam, em princípio, para a leitura do discurso gramatical como fonte para compreender como se dá a construção de um *grau ideal*, i.e., *idealizado e ideologizado*, das concepções sobre a linguagem em cada uma dessas culturas, ou seja, o objetivo desse estudo liga-se apenas externamente a uma preocupação propriamente

¹ A transcrição dos termos sânskritos segue a convenção Harvard-Kyoto: vogais longas dobradas (e.g. aa = a longo); cacuminais em caixa-alta (T, D, N, S); o z representa a fricativa palatal surda, o H, a aspirada surda etc.. No caso dos termos árabes, foi adotada transcrição semelhante: dentais velarizadas (enfáticas) em caixa alta, fricativas velares com os dígrafos kh (surda) e gh (sonora), a fricativa laríngea com o no. 3 e a oclusão glotal com o no. 7. Não se marcou o *i3raab*.

² V., por exemplo, o volume sobre os gramáticos da *Encyclopaedia of Indian Philosophies*, editada por Potter (1990), que lista obras sânskritas de gramática até o fim dos anos setenta.

historiográfica, sendo o princípio que constitui os limites de seu objeto um princípio especificamente *discursivo* e que pode se inserir no estudo da semiótica das culturas. O objetivo deste artigo em particular é tentar definir um dos lados do conceito de autoridade lingüística nessas duas culturas gramaticais, aquele ligado à figura do falante.

Quando se trata de línguas que abrangem ou abrangeram uma vasta área espacial e um largo espaço temporal, a idéia que se tem do falante se apresenta como algo especialmente revelador das concepções lingüísticas de uma cultura. Não são muitos os idiomas cujo percurso se pode acompanhar por mais de mil anos e, quando é esse o caso, o ponto-chave que explica tamanha longevidade em geral se encontra num tipo de *status* que ganham, com o passar do tempo, certas línguas: é o caso daquilo que convencionalmente chamamos *línguas de cultura*. Guardadas as devidas diferenças, é o que acontece na Índia antiga e no mundo árabe antigo. Ambos são detentores de um patrimônio cultural que inclui um idioma ao qual é destinado o papel de representar o lado oficial de sua identidade cultural. O sânscrito e o árabe clássico são o meio de expressão daqueles que detêm um poder específico dentro de um universo cultural, que é *o poder de se definir a si mesmos (e aos outros), por meio do discurso*. Dentro desse pequeno grupo, exerce um papel especial o discurso gramatical ou daqueles que se ocupam dos problemas relativos à linguagem, uma vez que ele se ocupa do próprio meio de expressão. Mas então como se definem, em relação à linguagem, esses que detêm os discursos da cultura? De fato, dissemos que eles definem a si mesmos, mas o que eles definem *são* eles mesmos? O caso do falante parece um ponto revelador dos mecanismos de preservação que tem uma cultura de seus traços ideológicos mais arraigados e que, com o passar do tempo, mais se distanciam do estado de cultura em que se encontram seus propagadores.

2. Gramática descritiva?

Seria interessante enfatizar, primeiramente, que tanto a gramática sânscrita, como a gramática árabe podem ser consideradas, internamente, *descritivas* e ademais preocupadas, em certa medida, com algum nível de variação lingüística. Porém o que cria um *desafio* para o descritivismo é a concepção de *imutabilidade* da língua que tem cada uma dessas tradições. O sânscrito, para os gramáticos indianos antigos, como, *e.g.*, Patañjali, é *eterno (nitya)* e recobre um vasto domínio de usos lingüísticos (*manhaan zabdasya prayogaviSayaH*), definido em termos pancrônicos (Deshpande 1993: 20). São, por exemplo, partes desse vasto domínio os *Veda*, proferidos pelos sacerdotes-poetas antigos, assim como os textos dos gramáticos e de seus contemporâneos e, ainda, os textos não conhecidos, porque são todos eles manifestações de uma ordem “cósmico-cultural” eterna, a que se dá o nome de *dharma*, e é na imutabilidade das formas da linguagem que se confirma esse *dharma (idem)*. Dessa maneira, o descritivismo da gramática indiana deve ser entendido dentro dessa concepção de linguagem, ou seja, só será descrito aquilo que faz parte da linguagem que é expressão do *dharma*.

Por outros caminhos, também a concepção de língua dos antigos árabes se afasta de qualquer tendência diacrônica. Esse sentido de eterna sincronia se manifesta com clareza, *e.g.*, em seus procedimentos de análise. Aplicando regras de análise morfológica, os gramáticos árabes acabam por trazer à tona o que seria considerado modernamente a forma morfofonológica arcaica de algumas estruturas. Porém, essa

estrutura profunda é interpretada como forma teórica que é atualizada a cada ato de fala (v. e.g. o caso de *qawamalqaama* citado por Versteegh 1997: 160). Na gramática árabe antiga, também o sentido de variação encontra-se inserido num quadro fechado de um sistema recebido e é interpretado como uma propriedade lingüística que se atualiza em diferentes formas, nos *corpora* lingüísticos de autoridade, a saber, o *Alcorão* e a poesia pré-islâmica.

3. O *ziSTa* e o 3arab

Mas em tais concepções lingüísticas, onde há espaço para um falante? De fato, na gramática em si, parece mesmo não haver, em ambas as tradições, um falante concreto, mas sim um conceito abrangente da atividade lingüística como fator de unidade cultural, mesmo que seja essa unidade apenas parte do que de fato havia naqueles universos lingüísticos. O falante se encontra, por assim dizer, *fora* da gramática. O falante precede a gramática, não tem necessidade dela. PaaNini diz que descreve a fala dos *ziSTa*, termo que tem sido interpretado modernamente como a *elite culta bramânica*, de quem o sânscrito seria como que a *norma culta, textual e ritual*. Três séculos depois, por volta de 180 a.C., Patañjali, comentador de PaaNini, ainda fala dos *ziSTa*, numa passagem que revela o esforço de preservação da idéia tradicional. Em princípio, Patañjali define os *ziSTa* como gramáticos (*vaiyaakaraNa*), mas em seguida reformula o conceito e diz que *ziSTa* são aqueles que vivem em determinado lugar e têm determinado modo de vida:

“Então definiremos os *ziSTa* pelo seu modo de vida e pelo lugar onde residem. (...) Aqueles brâmanes desprovidos de egoísmo que vivem no *Aaryaavarta*, que guardam consigo apenas um cesto de grãos e obtiveram a sabedoria mais elevada em algum ramo do conhecimento, sem qualquer intuito externo, são esses os *ziSTa*” (*MahaabhaaSyā* III: 174, apud Deshpande 1993: 28; tradução minha a partir da trad. de Deshpande para o inglês).

Fica evidente que algo mudou de PaaNini a Patañjali. Aquele falante culto do período paaNiniano, é agora um falante idealizado no comentário de Patañjali, definido por características étnicas e principalmente morais, ou seja, pela maneira como se manifesta o *dharma*, ou ordem cósmica, no seu modo de vida. Os *ziSTa* são um objetivo a alcançar, uma vez que o estudo da gramática passa ser a única maneira – na visão dos gramáticos, que fique claro – de adquirir as formas lingüísticas corretas, a língua que é a expressão oficial da cultura, *i.e.*, o sânscrito:

“Quem estuda a *aSTaadhyayii* (a gramática de PaaNini) observa outra pessoa que não a estuda e ainda assim usa as palavras que ela ensina. Então, ele pensa: “Ou é por sua própria natureza ou por graça divina que aquele, sem estudar a *aSTaadhyayii*, use as palavras que ela ensina. Ele deve saber também de outros usos (que estão fora da gramática)”. Assim a *aSTaadhyayii* ajuda a reconhecer os *ziSTa*” (*idem*).

Se havia ou não havia algum *ziSTa* esperando para ser reconhecido, este é um problema que se apresenta como externo à disciplina gramatical, pois ela pode atribuir aos *ziSTa* qualquer uso lingüístico que faça parte daquele vasto domínio que

mencionamos acima. O conceito do falante ideal, *i.e.*, aquele que tem autoridade inata nas questões de língua, não se manifesta necessariamente na contemporaneidade, mas tem o mesmo atributo pancrônico que o vasto domínio de uso das formas corretas.

No caso árabe, a figura a quem é concedida tal autoridade inata é o Beduíno, ou árabe nômade do deserto. O gramáticos árabes consideravam *pura* apenas a língua dos Beduínos (*kalaam al3arab*) e sua autoridade se funda justamente no inatismo:

“Os Árabes (leia-se os árabes nômades do deserto) falam conforme sua intuição e sua natureza. Eles conhecem a estrutura de sua língua e seus princípios racionais lhes são inatos, sem que tenha havido transmissão. Eu, por outro lado, estabeleci esses princípios racionais a partir de minha reflexão” (*Al7iiDaaH fii 3ilal annaHw* apud Versteegh: 246; trad. minha a partir do orig. francês).

Esta passagem se encontra no gramático do séc. XIX/X Azzajjaajii, que a atribui a Alkhaliil, tido tradicionalmente por mestre de Siibawayhi. Nela também se entrevê uma separação entre disciplina gramatical e falante, semelhante a que apontamos no caso indiano. O falante é colocado no princípio da atividade gramatical, que logo em seguida, tendo decodificado o sistema a partir da fala, cristaliza-o, através de uma sucessão de estados sincrônicos idênticos. Não havendo um sentido de mudança lingüística, qualquer desvio do sistema estabelecido é considerado corrupção da língua (*fasaad allugha*). Mas o desvio nunca se encontra na fala dos Beduínos, que serão continuamente reputados como exemplos de pureza lingüística; essa corrupção será, por vezes, considerada uma decorrência da arabização de povos não-árabes quando da expansão do império islâmico. É interessante esta passagem do historiador Ibn Khaldun (séc. XV d.C.):

“Quando veio o Islã e os árabes começaram a se misturar com os não-árabes, seus hábitos (lingüísticos) mudaram em decorrência das diferentes maneiras de falar que eles ouviam daqueles que se esforçavam para falar árabe, pois que é a audição a fonte dos hábitos lingüísticos. Conseqüentemente, a língua árabe se corrompia (...) Seus sábios começaram a temer que os hábitos se corrompessem totalmente e que as pessoas se acostumassem a essa situação de tal modo que o Alcorão e as Tradições (do profeta) se tornassem incompreensíveis. É por isso que, da maneira de falar (dos árabes), eles deduziram leis que fossem universalmente válidas para os seus hábitos e que pudessem ser empregadas como norma para o resto de sua língua” (*Muqaddima* apud Versteegh; *idem*).

Esse relato sobre a origem da gramática árabe pode ou não corresponder à realidade, mas o fato é que ele revela a atitude da cultura em relação à história da língua. Ressalta o papel da gramática como uma disciplina primordialmente escolar, que surge com o objetivo de ensinar a falar árabe: pode-se dizer que a gramática é descritiva por seu método constitutivo, mas que é normativa por seus objetivos. Seja como for, o falante Beduíno, assim como o *ziSTa* indiano, permanece intocado pela gramática e pelo tempo.

4. Conclusão

Haveria outros dados que poderiam contribuir com novas facetas na tarefa de delimitar a figura do falante ideal nas tradições gramaticais sânscrita e árabe, o que pretendemos neste artigo foi apenas levantar o fio discursivo principal que põe o falante, pretendo objeto da gramática, numa posição supragramatical, *i.e.*, fora do escopo da disciplina gramatical. Esse movimento revela como culturas tradicionais lidam com os focos de mudança, a partir de uma redefinição do papel de suas disciplinas. Essa redefinição, por seu turno, não significa um afastamento dos objetivos iniciais, *i.e.*, o método gramatical permanecerá descritivo enquanto houver um corpus para ser descrito, corpus esse que, por sua vez, não se renova diacronicamente, mas *se atualiza sincronicamente em cada uso que se faz dele*. Em ambas as tradições, o sentido de *normatividade* nunca se apresenta como um problema *intrínseco* da disciplina, mas sim como fator responsável pela *conexão* entre o ideal imutável e a realidade mutável da língua.

RESUMO: O trabalho procura rastrear a semelhança estrutural sobre a qual constrói-se o conceito de “falante ideal” nas tradições gramaticais da Índia antiga e do mundo árabe. Observa-se, em ambas culturas, o movimento que parte da formalização da disciplina gramatical sobre bases descritivas, a sua manutenção sobre bases normativas.

PALAVRAS-CHAVE: gramática; sânscrito; árabe; descritivismo; normativismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COWARD, H.G. & RAJA, K. *The Philosophy of the Grammarians*. in POTTER, C. (ed.) *The Encyclopaedia of Indian Philosophies*. Delhi: Motilal Banarsidass, 1990.
- DESHPANDE, M. *Sanskrit and Prakrit: Sociolinguistic Issues*. Delhi: Motilal Banarsidass, 1997.
- VERSTEEGH, C.H.M. Le langage, la religion e la raison. in AUROUX, S. (org.). *Histoire des idées linguistiques, Tome I: La Naissance des métalangages en Orient et en Occident*. Liege-Bruxelles: Pierre Madarga, p. 243-259.
- VERSTEEGH, K. *Landmarks of Linguistic Thought III: The Arabic Linguistic Tradition*. London/New York: Routledge, 1997.